



Na Mídia

31/07/2025 | [Valor Econômico](#)

Nova legislação e investimentos transformam o setor de defensivos agrícolas

Nos últimos anos, houve avanços na nacionalização de etapas produtivas, com investimentos significativos em fábricas e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Daniela Rocha

No primeiro trimestre de 2025, a área tratada com defensivos agrícolas no Brasil avançou 1,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior, chegando a 831 milhões de hectares. Já o volume aplicado cresceu 3,4% de janeiro a março, com predominância de herbicidas (42%), inseticidas (28%) e fungicidas (22%), com faturamento de US\$ 6,6 bilhões. É o que revela o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), com base em levantamento encomendado à Kynetec. A avaliação considerou o PAT (Potencial de Área Tratada), métrica que leva em conta a quantidade de aplicações e produtos usados no manejo. Milho, soja, algodão, pastagens, cana-de-açúcar e hortifrutícolas tiveram maior representatividade na área tratada.

Em 2024, a área tratada com defensivos cresceu 12,2% em relação a 2023, totalizando mais de 2,5 bilhões de hectares. O volume total aplicado subiu 13,6%, mas o faturamento recuou 6,6%, para US\$ 19,9 bilhões, afetado pela queda dos preços e pela desvalorização do real em relação ao dólar no ano passado.

Eliane Kay, diretora-executiva do Sindiveg, ressalta que a base industrial inclui multinacionais, que utilizam matérias-primas locais e importadas, principalmente da China e Índia. Nos últimos anos, contudo, houve avanços na nacionalização de etapas produtivas, com investimentos significativos em fábricas e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Em 2024, as 23 empresas associadas investiram R\$ 580 milhões em inovação e ativos.



Eliane Kay, do Sindiveg: "Apesar da dependência de insumos importados, a indústria busca ampliar a autonomia produtiva" — Foto: Divulgação

"Apesar da dependência de insumos importados, a indústria busca ampliar a autonomia produtiva, e a formulação local permite produtos mais eficazes contra pragas e doenças de clima tropical", diz Kay. Entre os desafios atuais estão juros altos, elevados custos logísticos e crédito escasso.

Segundo pesquisa da CropLife, associação focada em inovação agrícola, com a consultoria Blink, na safra 2023/2024, 87% dos defensivos aplicados foram químicos e 13%, biológicos. "O avanço dos bioinsumos, com alta de 35% na área tratada, mostra que os agricultores buscam mais alternativas no manejo", afirma Arthur Gomes, diretor de defensivos químicos da CropLife.

A CropLife e o Sindiveg avaliam que a nova Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 14.785/2023) favorece a inovação, garantindo segurança jurídica. Espera-se ganho de competitividade, a partir da maior agilidade de registros de novas moléculas e tecnologias.

"A nova lei modernizou o sistema de registros sem nenhum demérito aos critérios técnicos, utilizando referências internacionais e com base na ciência. O objetivo nunca foi flexibilizar exigências, mas tornar os processos menos burocráticos, permitindo que os produtores tenham acesso a produtos mais modernos e seguros", ressalta Kay, do Sindiveg. Desse modo, as entidades do setor rebatem críticas de parte de ambientalistas e pesquisadores sobre a legislação.

A advogada Elysangela Rabelo, sócia da área de life sciences do escritório Demarest, destaca que a Lei nº 14.785/2023 reduz prazos de registro de defensivos agrícolas, definindo limites máximos de 24 meses para novos produtos, 12 meses para genéricos e 30 dias para alterações simples.

"A principal mudança é a redução significativa dos prazos, um avanço sobre o cenário anterior. Até então, a fila de análise podia levar até cinco anos, dependendo do produto", afirma. Segundo ela, o Ministério da Agricultura

e Pecuária (MAPA) é responsável pelos registros, mas as análises e pareceres técnicos da Anvisa e do Ibama continuam nos âmbitos de riscos à saúde e ao meio ambiente.

Rabelo explica ainda que a nova lei proíbe o registro de produtos que apresentem risco inaceitável, com base em critérios internacionais como o GHS (Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos), o Acordo SPS (Acordo de Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias) e o Codex Alimentarius.

A legislação também elevou as penalidades em caso de infrações. A multa administrativa máxima subiu para R\$ 2 milhões, proporcional à gravidade. E a nova lei prevê sanções criminais de três a nove anos de reclusão para quem operar com defensivos não registrados ou não autorizados.

Nesse cenário, a aposta em inovação segue firme entre as empresas. André Savino, presidente da Syngenta Proteção de Cultivos no Brasil, cita o novo Centro de Tecnologia de Produtos e Engenharia, inaugurado em outubro do ano passado em Paulínia (SP), como exemplo de investimentos recentes. Entre os lançamentos da companhia está o Tymirium, nematicida e fungicida, que protege mais de 60 culturas e ajuda a evitar perdas de produtividade. No campo das soluções biológicas, a empresa desenvolveu o Reverb, fungicida microbiológico voltado ao controle de doenças na soja.



André Savino, presidente da Syngenta Proteção de Cultivos, aposta em produtos inovadores — Foto: Rogerio Vieira/Valor

Já entre as principais inovações da Corteva Agriscience está o Juvix, herbicida voltado ao controle de plantas invasoras em áreas de pastagem. “Em testes, a solução apresentou um ganho de até 40% de performance, em plantas específicas, na comparação com o tratamento padrão”, afirma Carlos Landerdahl, diretor de marketing para proteção de cultivos da Corteva Agriscience no Brasil e Paraguai.

Já para a cultura da cana-de-açúcar, a companhia lançou o Linear, herbicida pré-emergente, para manejo de plantas daninhas de folhas largas e de difícil controle como mamona e mucuna. Ademar De Geroni Junior, vice-presidente

de marketing estratégico da Basf para a América Latina, destaca que o portfólio de biosoluções da empresa já reúne mais de 20 produtos. No segmento de químicos, uma das novidades da companhia é o Adapzo Active, fungicida com novo modo de ação voltado ao combate da ferrugem da soja.

A Bayer também avança em inovações de defensivos químicos e biológicos. “O uso de produtos biológicos tem ganhado espaço e é importante complemento aos defensivos, além de colaborar com a adoção de boas práticas agrícolas sustentáveis”, diz Luis Offa, vice-presidente de marketing para os negócios de proteção de cultivos e biológicos da Bayer na América Latina. Um dos destaques é o Serenade, fungicida indicado para o controle de doenças em mais de 35 espécies de frutas, legumes e verduras.